

A elite vista de dentro – uma análise à *Nova Classe Dirigente* de Milovan Djilas

Patrícia Calca

Doze vezes gritavam em fúria e eram todas idênticas. Não havia agora dúvidas sobre o que estava a acontecer às caras dos porcos. Os animais que estavam lá fora olhavam dos porcos para os homens, dos homens para os porcos e novamente dos porcos para os homens; mas já não era possível dizer quem era quem.

George Orwell

Nem havia já remédio; tirada a primeira pedra de um edifício destes não-de tirar-se as outras ou elas não-de cair e toda a casa com elas...

Almeida Garrett

Introdução

A obra de Milovan Djilas¹ – *A Nova Classe Dirigente* – surge como o primeiro documento publicado em livro onde um político comunista manifesta desilusão e desenvolve uma árdua crítica relativamente ao comunismo.

¹ Milovan Djilas foi um político Jugoslavo que nasceu em Polja, Montenegro, no ano de 1911, e viria a morrer em 1995 na cidade de Belgrado, na Sérvia. Enquanto escritor político e um dos primeiros comunistas jugoslavos, é relebrado pela sua desilusão com o comunismo. Depois de ter estudado Direito na Universidade de Belgrado onde terminou o curso em 1933, Djilas foi preso durante três anos pelas suas atividades políticas contra a ditadura real jugoslava. Foi um membro ativo do Partido Comunista desde a juventude, tornando-se íntimo colaborador de Tito quando este já estava no poder. Teve um papel de destaque na resistência partidária guerrilheira aos alemães durante a II Guerra Mundial, e, com o fim da guerra em 1945, tornou-se um dos mais importantes responsáveis por vários Ministérios no seu país. Teve um papel importante na declaração de independência jugoslava da União Soviética no ano de 1948 (AAVV, 1993: 139). Enquanto doutrinador marxista, em 1953 chegou a vice-presidente do Conselho e à presidência da Assembleia Nacional, tendo sido considerado, por muitos, como o sucessor do Marechal Tito no exercício do poder. É por esta altura que Djilas começa a tecer críticas ao regime, reclamando a sua liberalização. Estas mesmas críticas, no ano de 1954, fariam com que deixasse de pertencer ao Partido Comunista e, conseqüentemente, fosse afastado dos cargos políticos até então por si desempenhados. Uns anos mais tarde, em 1956, saudou, numa revista americana, o levantamento húngaro designando-o como o "começo do fim do comunismo", facto que lhe valeu novamente a condenação à prisão (AAVV, 1999: 738). A sua constante denúncia da burocratização e da corrupção presentes na sociedade da altura fez com que escrevesse o livro – *A Nova Classe Dirigente*. Esta obra seria publicada na clandestinidade, nos Estados Unidos da América, facto que terá motivado o regresso do autor à prisão. Libertado em 1961, é imediatamente encarcerado depois da publicação no Ocidente do livro *Conversas com Estaline* (1962). Volta à liberdade ao ser amnistiado em 1966, batendo-se sempre pela democratização da federação até ao seu desmembramento. De entre as suas obras destacam-se, para além das referidas, *Terra sem Justiça* (1958), *A Sociedade Imperfeita* (1969), *Momentos de Uma Vida* (1975) e *Tempo de Guerra* (1977) (AAVV, 1999: 738).

Talvez por isso, este livro seja ainda mais atrativo de analisar, uma vez que a sua apreciação advém de alguém que é um profundo conhecedor do sistema.

O autor vê-se confrontado com a sua decepção defendendo, ao invés do comunismo seu contemporâneo, um socialismo democrático. A análise que Djilas faz percorre um longo e profundo caminho, iniciando-se nas raízes do comunismo, passando pelo carácter das revoluções e, chegando ao ponto fulcral de toda a obra – a criação de uma burocracia política muito poderosa – que rapidamente se transforma numa elite. Esta classe dirigente tem como bases do seu poderio o partido único de carácter estatal, as políticas económicas nem sempre de cunho ideológico comunista apesar de apregoadas como tal, e a sua tirania em relação ao pensamento e às mentes dos cidadãos. Numa fase final da obra, o autor aborda a relação entre a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o Ocidente.

Antes de iniciarmos o exame mais detalhado da obra, sublinhamos o facto de o autor apelidar de *oligarquia de cariz tradicional* a situação que esta nova classe permite, condição essa que surge dentro do partido comunista. De acordo com a sua leitura, estando esta nova classe dentro do partido, enquanto grupo reforça a força própria do *Partido-Estado* de cariz comunista. A sua crítica, apesar de feroz, permanece fragilizada em alguns aspectos como Dragnich relembra. Para o dissidente, os indivíduos enquanto comunistas não se opõem ao socialismo ainda que os sistemas o façam, ou noutro exemplo, sobre a imposição militar do comunismo a referência de que sempre houve essa imposição, negando apenas, em termos de exemplo, o caso jugoslavo².

1. Uma primeira abordagem

Por Teoria das Elites ou Elitista podemos entender a teoria que concetualiza a ideia de que em todas as sociedades existem uma ou várias minoria(s) detentora(s) de poder político e com poder de decisão. Esta noção contrapõe-se à ideia de uma maioria, por norma sem poder³. Outra conceção que pode encontrar ancoragem neste ideário é a que se apresenta de seguida,

a primeira questão da teoria das elites é a de estabelecer um conceito operacional que permita identificar as diferentes perspectivas. Talvez devam distinguir-se pelo menos duas: uma que identifica as Elites pela participação visível e privilegiada em determinados bens – estatuto –, designadamente de natureza económico-cultural, mais usualmente o poder político; outra que as identifica pela relação com os valores, quer demonstrada pela criatividade de modelos de comportamento, quer pela fidelidade aos modelos de comportamento vinculados a adotadas escalas de valores. Nos dois casos, o significado literal é o da escolha, ou por graça divina, ou por um corpo de pessoas, ou pela natureza, para a proeminência na partilha dos bens ou para o exercício da autenticidade do comportamento⁴.

A *Teoria das Elites* nasceu e desenvolveu-se tendo como principal objeto o estudo das *Elites Políticas*. O poder político, que está nas mãos de um grupo, é pertença de uma minoria de indivíduos adentro da sociedade⁵. É principalmente na detenção do poder político e na robustez que determinada minoria, considerada a elite, que se diferencia este segmento da sociedade, em contraposição com a restante massa populacional. Podemos mesmo dizer que, “a teoria elitista parte (...) da contraposição entre as duas classes antagónicas dos donos dos instrumentos de produção e dos proletários, e considera o conflito entre as duas classes sociais o principal motor do movimento histórico”⁶.

2 DRAGNICH, 1958: 545.

3 BOBBIO, 2000: 385.

4 MOREIRA, 1999: 66.

5 MOREIRA, 1999: 66.

6 BOBBIO, 2000: 390.

As controvérsias relacionadas com esta temática, tal como a sua concetualização, têm sido constantes desde os seus esboços iniciais, sobretudo pela visão *realista* que transpõem. A conceção elitista da sociedade levantou e continua a levantar uma problemática que suscita reflexões. Estudos mais recentes ao nível da Ciência Política têm procurado verificar a validade da teoria, ou deste tipo de teorizações, procurando, em essência, testá-la(s) em comunidades de mais pequena dimensão. São disso exemplos os casos das administrações de municípios e das organizações sindicais, entre outros⁷.

Enquanto análise realista, esta concetualização tenderá a manter firme a argumentação de que o poder político pertence sempre a uma determinada minoria. As visões teóricas referidas nasceram a partir de uma noção ideológica que, de uma forma ou de outra, foram a reacção à chamada sociedade de massa. Isto é, não só contra uma noção de democracia substancial mas, igualmente, contra uma democratização formal. Apesar desta perspectiva ideológica *contra-democrática*, a ótica elitista ajuda-nos a criar ferramentas de observação realistas para descobrir e procurar provar academicamente se e como estas elites funcionam⁸.

Da justiça ou não na liderança de um Estado democrático através de uma minoria – muito se tem discutido –, em verdade e de acordo com alguns teóricos, “três minorias têm-se encaminhado para o protagonismo teórico solicitando alguma atenção. Como ensina Adriano Moreira, a teoria da estrutura do Poder, nos analistas, anda relacionada apenas com três conceitos operacionais: classes, grupos, elites. Ou seja: as elites encontrar-se-iam num lugar chave da teoria do poder”⁹.

Dentro da própria conceção da teoria elitista, podem-se definir vários tipos de elites. Todos estes com modos e campos de atuação heterogéneos. Alguns autores definiriam este modelo social, enquanto outros há que optariam por analisá-lo e descrevê-lo. Ainda assim, o termo elitista é muitas vezes utilizado

pejorativamente em debates políticos para descrever políticas que são alegadamente para promover a vantagem de uma minoria que exclui a restante população. O termo elite originalmente quer dizer o “eleito” ou o melhor. O termo ainda é ocasionalmente utilizado neste sentido enquanto discurso comum quando as políticas são muitas vezes defendidas, particularmente na educação, como “elitistas”, significando que estas tendem a produzir o melhor ou o mais capaz. No pensamento político elitismo foi mais uma referência técnica para alguns modos de explicação que derivam do trabalho dos sociólogos italianos Mosca e Pareto¹⁰.

Contudo, a expressão que designa a(s) elite(s) tem vindo a ganhar uma maior importância analítica, ainda que seja uma realidade vista negativamente. Mais do que em termos valorativos, a elite existe enquanto realidade premente, e por tal, não pode ser ignorada. Aliás, a lista de autores que trataram esta temática é extensa e prova cabal da sua relevância para o estudo dos fenómenos políticos, casos exemplares são os de Pareto, Mosca, Michels, Ostrogorsky e Wright Mills, este último com a sua obra *Power Elite*¹¹.

O significado das elites pode ser, por um lado, o de desencadear ou influenciar a mudança ao nível social, mas por outro, pode igualmente tentar impedi-la. O seu poderio é, não raras vezes, tido em alta conta. Com isto quer-se dizer que em termos concretos as mesmas influenciam o decurso e a definição de assuntos tão relevantes para o Estado e a sociedade como sejam as políticas públicas. Isto é, decisões altamente relevantes económica e politicamente, “discriminam positiva ou negativamente e isso pode verificar-se sem lupa”¹².

7 BOBBIO, 2000: 390.

8 BOBBIO, 2000: 391.

9 BESSA, 1993: 16.

10 PARRY, 1998: 131.

11 A este propósito para informações mais detalhadas sobre dois dos teóricos da Elite aqui referidos consultar TEIXEIRA, 2000 e BALÃO, 2001.

12 BESSA, 2001: 13 e 19.

Interligado diretamente à crítica *djilasiana*, entramos no espectro dos partidos políticos já que o autor o refere inúmeras vezes. Esta alusão surge também em menções seguintes relativas aos membros do Partido Comunista – os que se tornam profissionais – aqueles que constituirão ou ajudarão a constituir uma Elite. Enquanto concepção geral, pode-se dar uma definição de Partido, sendo este tido na ótica da Ciência Política como um conjunto de cidadãos agrupados e que visam representar, em termos políticos, esta mesma associação de indivíduos. Tal com o sentido último de participar de maneira ativa num governo de um determinado Estado¹³. Destarte, o partido comunista diverge desta definição, mais ou menos globalizante, já que se apresenta como uma realidade atuante mais predominantemente violenta, mote de limitação às diferenças, sobretudo às ideológicas. Como se chega a assinalar, “quer o partido político comunista quer o partido político fascista surgem como partidos de massas exercendo o Poder em regimes políticos ditatoriais e inseridos em sistemas de partido único ou de partido liderante. Passam a ser frontalmente postos em causa os princípios de raiz liberal da representação política global e do mandato não imperativo do primado do Parlamento”¹⁴.

Ainda assim, deve-se diferenciar o *Estado de Partidos* sobretudo existente nas democracias ocidentais, do *Estado de Partido Único* ou *Estado-Partido*, que se verificou nos regimes comunistas ou ditos comunistas, e nos fascistas, vislumbrando apenas a *sombra de democracia* – não a realidade¹⁵. Ao refletirmos sobre a existência partidária temos que necessariamente ir ao encontro dos escritos dos teóricos comunistas.

O partido não só guia as suas tarefas quotidianas pela teoria marxista-leninista, aplicando-a segundo uma perspectiva criadora às condições históricas objetivas, mas também é sua principal função facilitar a fusão dessa teoria com o movimento operário a fim de dotar este último da plena consciência dos seus objetivos históricos. Isso implica elaboração, aplicação, e desenvolvimento da teoria¹⁶.

O partido é, portanto, o portador da *ciência marxista-leninista*, é ele quem transmite e perpetua a ideologia e a teoria, é o mote e o modo, o contexto e o canal de transmissão para toda a sociedade.

Toma como base teórica de toda a sua atividade entre as massas e como norma da sua própria vida. É também difusor dessa própria ciência, ao situar como tarefa essencial e permanente, o aumento constante do nível de consciência de um número cada vez maior de operários e trabalhadores e, finalmente, é o defensor da teoria revolucionária contra os propósitos destinados a negá-la ou a ignorá-la, propósitos que provêm dos inimigos do proletariado¹⁷.

Finalmente, pode-se aludir ao partido enquanto *Entidade e Instituição* na concretização do ideal comunista, apresentando-se como uma realidade-força de particular importância. Então, como é que o marxismo, e posteriormente o comunismo, encarariam a vertente nacionalista, uma vez que ao apelar a todo o proletariado do mundo teria que se lidar com divergências e heterogeneidades próprias da qualidade de nação?

Os factos que respondem a esta questão têm grande relevância, e não são alheios ao acontecimento de que o tipo de partido em causa – *Partido Proletário Revolucionário* – nasce na Rússia. Lenine entende a força do partido, no sentido que o mesmo estruturava as suas actividades de acordo com os princípios de um internacionalismo proletário, com uma união de interesses e tarefas, independentemente das fronteiras¹⁸. Os pertencentes a este grupo internacional tenderiam a unir-se de acordo com as suas convicções e sentimentos de pertença à ideologia e não à nação – mas a realidade provou-se ser outra. Confirmação disso foi o apelo

13 SOUSA, 1986: 991.

14 SOUSA, 1986: 999.

15 SOUSA, 1986: 991.

16 MARX; ENGELS; LENINE, 1975: 55.

17 MARX; ENGELS; LENINE, 1975: 55.

18 KAHÁNOVA, 1974: 21.

inútil feito aos trabalhadores para não apoiarem a guerra, uma vez que, estariam a combater contra homens trabalhadores como eles. Nesses anos do início do século XX o que continuou a *falar mais alto* foi o nacionalismo pertencente a cada Estado, a cada região, e aí, a ideologia e a pertença comunista apenas serviram de *pequeno empeço* num longo caminho.

Todavia, parece-nos claro que os *revolucionários profissionais*, que Lenine definiu, teriam um papel importante de apaziguamento e de manutenção da unidade do grupo. O seu papel era, uma vez mais, o de tentar manter-se no poder, enquanto elite política que eram.

2. A ideologia comunista vista por Djilas

Na sua obra de 2004, King e Szelényi definem três vagas de reflexão histórica no que concerne o estudo da nova classe. Assinam assim, o posicionamento coletivo dos atores sociais enquanto potenciais desafiadores da dominação burguesa. De entre esta sua classificação, Djilas surge como parte de uma segunda vaga, antecipando-se-lhe as escritas das teorias anarquistas, onde havia a sugestão de que os intelectuais, e não os trabalhadores, deveriam exercer o poder político e a revolução proletária (e.g. Bakunin). A segunda vaga engloba as teorizações relativas à burocracia e à tecnocracia, tal como, ao controle efectivo dos meios de produção por parte do Estado comunista. É nesta visão que os autores referem Djilas, Galbraith e Burnham. A última vaga prende-se com as ideias de autores como Gouldner, e aí reportam-se ao conceito do *projeto teleocrático*. Isto é, uma espécie de *inteligência humanista* que está no poder através da sua cultura do discurso crítico. King e Szelényi identificam uma clara competição entre estas três visões ao nível das elites existentes nos países de passado comunista, e apesar de não refletirmos aprofundadamente sobre todas elas neste artigo, consideramos relevante referenciá-las para melhor entender a perspectiva djilasiana¹⁹.

Para Djilas há na ideologia comunista um alicerçar fundado na História do ser humano. Tal ocorre no que à origem da propriedade privada e à divisão do trabalho diz respeito. O autor não esquece essa conceção de antiguidade inclusa na ideologia comunista. Há uma clara percepção disso nas seguintes palavras:

as ideias comunistas têm raízes profundas no passado, mas o seu dinamismo permanece latente no desenvolvimento recente da indústria na Europa Ocidental. As contribuições fundamentais que distinguem o comunismo moderno, tal como foi constituído em pleno século XIX, são a primazia da matéria sobre o pensamento e o carácter dialético da realidade social²⁰.

A sua ideia prossegue quando refere que com o passar dos anos o comunismo tornou-se numa ideologia de Partido – iniciando aqui a crítica que se desenhará ao longo da obra.

Utilizando um tom irónico e sarcástico, Djilas afirma que o comunismo tende mais a mudar o mundo, no sentido deste obedecer à sua conceção, do que a interpretá-lo. Ainda assim, o sérvio não culpabiliza os teóricos das falácias possíveis advenientes das teorias comunistas, para ele “os teóricos comunistas, sem que tal acontecesse intencionalmente, proporcionaram uma interpretação do mundo baseada em princípios rígidos”²¹.

O autor sublinha de forma evidente o que pensa ser o fator menos feliz da teoria comunista – um aspecto dúbio –, capaz de colocar em causa toda a construção ideológica e teórica do movimento. Ou seja, algo que permite estarem deteriorados os fundamentos do comunismo, afinal esta surge como uma malformação que possibilita a derrocada ou o evoluir no sentido errado dos regimes comunistas. Para Djilas é nas ambições de um comunismo

19 KING e SZELÉNYI, 2004.

20 DJILAS, 1957: 1.

21 DJILAS, 1957: 1-2.

que pretende ser ciência suprema (isto é, um conhecimento único e absoluto baseado no materialismo e na dialética), que estão contidos os germes espirituais do seu despotismo. O ponto de partida destes abusos “prende-se, de facto”, com as obras de Marx, ainda que o mesmo Marx não tenha pretendido criar este sistema²².

Este aparece como um *erro* na teoria que deturpa todo o sistema. Por outras palavras, a partir de um determinado ponto toda a evolução real e teórica do comunismo assenta em falsas hipóteses e ideias, as mesmas podem ser constatadas, por exemplo, ao nível da interpretação da teoria no que respeita aos militantes comunistas. Sobre a ideologia comunista, mais concretamente acerca de Karl Marx, Djilas manifesta ideias muito concretas, uma vez que considera que “Marx foi um investigador e um ideólogo. Enquanto investigador fez descobertas importantes, particularmente na sociologia. Como ideólogo, alimentou de teorias o maior e mais importante movimento político da história moderna”²³. Concorda com o ideólogo comunista ao sublinhar o facto de que a teoria marxista nunca teve a pretensão de ser global e absoluta.

Reiniciando a sua crítica aos deturpadores do marxismo, do comunismo, e depois de ter aludido a que, na prática, o comunismo não foi como tinha sido idealizado e/ou previsto, o autor reafirma a sua má interpretação ideológica. Para ele esta falha baseia-se em interesses manifestos de alguns – poucos indivíduos –, que transformam a teoria numa arma a seu favor. As suas palavras vão incidindo cada vez mais ferozmente no comunismo, mas sobretudo, na ideologia que para ele não passaria mais do que uma de entre muitas outras. O comunismo e a sua conceção não apresentam quaisquer diferenças especiais ou assinaláveis quando comparados com outros de catalogação idêntica.

Comentando, uma vez mais, os ideólogos do comunismo, e sublinhando novamente as realidades económicas e sociais, o escritor jugoslavo diz que

Engels viverá bastante tempo para conhecer da Grã-Bretanha uma imagem diferente [da que tinha inicialmente]; mas ele poderá de longe observar uma pobreza ainda mais horrível e que permanece sem esperança: é a que prevalece na Rússia, nos Balcãs, na Ásia e em África²⁴.

Todavia, apesar dos avanços socialistas um pouco por todo o mundo, a verdade é que se assistirá a uma alteração nesta realidade. Haveria uma crise visível no mundo socialista após a II Internacional (unificadora e centralizadora), que possibilitaria uma cisão entre os reformistas (sociais-democratas) e os revolucionários (comunistas)²⁵. Sintetizando, Djilas sugere que,

em resumo, o comunismo moderno tomou consistência como uma ideia distinta por “contágio” da indústria moderna. Está moribundo ou em vias de extinção nos países onde o desenvolvimento industrial realizou os seus objetivos fundamentais. Ele é agressivo naqueles onde este facto não se produziu.

O destino do comunismo nos países subdesenvolvidos foi determinado pelo curso e pelo carácter da revolução que ele devia historicamente assumir²⁶.

Ainda o fator económico no centro da crítica, neste caso em particular assenta na temática do trabalho escravagista dos campos:

para o regime, uma fonte de dificuldades políticas e gastos policiais improdutivos, tanto mais inadmissíveis já que a tecnologia moderna expande-se mais largamente na U.R.S.S. Um trabalhador subjogado, mesmo mediocrementemente

22 DJILAS, 1957: 3.

23 DJILAS, 1957: 5.

24 DJILAS, 1957: 13.

25 DJILAS, 1957: 15.

26 DJILAS, 1957: 18.

alimentado, custa ainda mais – contas feitas ao aparelho administrativo, penitenciário e policial cuja a intervenção é necessária para o obrigar a trabalhar – e a sua utilização em tais condições torna-se absurda²⁷.

E seguindo as palavras que tinha utilizado anteriormente, retoma a ideia do conteúdo da ideologia, em verdade “o interesse da nova classe e o carácter ideológico da economia são fatores que se tornam impossíveis de manter o sistema com saúde e harmonia”²⁸. Há uma evolução da ideologia comunista adentro do seu aspecto dogmático exclusivo.

Aquilo que bem podemos chamar “o triunfo do marxismo” conduz de facto a um reforço da nova classe monopolista e à soberania não só de uma única ideologia sobre o pensamento, mas do pensamento de um só homem sobre a ideologia²⁹.

A ideologia comunista não permanece através e pela razão dos caracteres económico e teórico, mas sim enquanto realidade prática. Numa sociedade denominada de comunista todos têm que se inserir num determinado tipo de indivíduo, uma espécie de modelo ideal a seguir,

o efeito positivo estende-se sobretudo à nova classe de monopolistas, cuja convicção, de uma maneira ou de outra, já foi adquirida. Mas enormes resultados são contudo realizados, de uma maneira negativa – tornando-se impossível a quem quer que seja manifestar uma outra “consciência” que não a ortodoxia, e organizando-se a caça à heresia³⁰.

Para o escritor jugoslavo, “o comunismo do século XX é o produto de todo um conjunto de causas históricas e ideológicas, económicas e políticas, nacionais e internacionais; uma explicação truncada deste fenómeno tão complexo não lhe seria inteiramente adequada”³¹, subentendendo-se na sua escrita o tom depreciativo ao utilizar esta *semi-definição*.

3. O surgimento de uma nova classe dirigente

As raízes do marxismo vão procurar na História um capitalismo inicial, o autor refere inclusive que,

interiormente, o capitalismo indígena era fraco; ele não seria outra coisa que um instrumento ou um auxiliar do capitalismo que viria além disso. Não seria através da burguesia mas de uma outra classe – o proletariado, nascido da pobreza crescente entre o campesinato – que poderia cumprir a revolução industrial na qual está vitalmente interessado³².

Todavia, deste capitalismo, que se torna bastante relevante em torno da emergência futura de um comunismo revolucionário, nasceria e desenvolver-se-ia um capitalismo cada vez mais aguerrido. Com o passar do tempo tal deveria ser impedido, sempre tendo como pano de fundo a ótica comunista. Surge superficialmente a necessidade de uma revolução do proletariado. Acerca da revolução que a ideologia comunista apregoa, Djilas usa as seguintes palavras: “Todas as revoluções do passado apareceram depois que as novas relações económicas ou sociais tenham começado a prevalecer, e então o antigo sistema político tornou-se o único obstáculo à evolução ulterior”³³. E ainda para se direccionar a factos próximos em termos geográficos e de realidade, Djilas dá o exemplo que ocorreu no seu país,

27 DJILAS, 1957: 136.

28 DJILAS, 1957: 138.

29 DJILAS, 1957: 157.

30 DJILAS, 1957: 162.

31 DJILAS, 1957: 201.

32 DJILAS, 1957: 21.

33 DJILAS, 1957: 23.

na Jugoslávia, a revolução começou em 1941 com um efectivo de 10 000 comunistas. Para colocar o comunismo no governo, foi necessário obter o apoio e a participação ativa de pelo menos uma fracção da população; mas, em todo o caso, a vanguarda que dirigiu a revolução e herdou o poder foi um grupo minoritário que manobrou e beneficiou de condições excepcionalmente favoráveis³⁴.

Continua a sua análise afirmando que “nos países bálticos onde decorreu uma sovietação brusca, milhares e milhares de pessoas foram profundamente examinadas com base em ficheiros que indicavam os seus antecedentes em matéria de ideias e de tendências políticas”³⁵. Deste modo, “os comunistas, enquanto novos privilegiados, surgem como efectivamente incapazes de se conduzir como acontecera com todas as classes dominantes que os terão precedido”³⁶. Assim, e sem se tirar de mente o caso jugoslavo, Djilas escreve que “contrariamente às revoluções precedentes, a tomada do poder pelos comunistas, realizada sob o pretexto de abolir as classes, conduziu à mais completa autoridade de uma nova classe privilegiada. Tudo o resto é impostura e miragem”³⁷.

Tendo em consideração que não deixa de existir uma classe dominante com a revolução comunista, apesar de ser essa ideia transmitida pelos mentores do comunismo, o autor chama a atenção para o facto de que a concepção de uma sociedade sem classes poderia advogar o desenvolvimento da indústria e a destruição da propriedade capitalista. Tal tornaria o coletivismo numa ilusão – assim o comprovam os acontecimentos na URSS estalinista a partir de 1936. Ou seja, uma nova classe tomara o poder no sentido de substituir a anterior³⁸. A crítica que faz a esta nova classe é reforçada considerando a necessidade de um nascimento de novas classes adentro do sistema comunista, não necessariamente para conquistar de novo o poder mas, para contribuir para uma ordem económica renovada³⁹. Esta defesa de Djilas acerca de uma nova classe, uma certa elite que nasce ou que renasce com a revolução comunista, serve para espelhar a sua dúvida e desconfiança sobre as noções de igualdade e de liberdade. Aspetos esses proferidos pela minoria oligárquica que atinge o poder nos Estados de cariz comunista. Afirma que, ao contrário do idealizado,

ocorreu na URSS; lá, foi após ter acedido ao poder que a nova classe se formou e se definiu; a sua consciência de classe desenvolveu-se antes das suas capacidades económicas e práticas, então ela não terá criado raízes na vida da nação e encarará de um ponto de vista idealista as suas relações com o resto do mundo⁴⁰.

Vai de encontro à ideia dos teóricos das elites, que referenciámos anteriormente, ao escrever que uma determinada classe é dominante na sociedade e dona de um poder sobre essa mesma sociedade. O autor contraria a ideologia marxista e comunista com esta análise.

Para Djilas a ideologia em causa ambiciona utopicamente uma sociedade sem classes, e tal não pode ocorrer se inserirmos a teoria leninista nesta generalização (a mesma engloba em si outras características, de entre elas a ideia de revolucionários profissionais, que mais à frente abordaremos em maior detalhe).

O papel do partido comunista é estruturante do Estado, esta visão já tinha sido defendida por vários dos *ideólogos* do comunismo, casos de Lenine, Estaline, e outros. A esta ideia o autor acrescenta que tudo o que anteriormente tinha aludido vai ao encontro da realidade de que o novo partido, e a classe dirigente, são idênticos mas não iguais. Mesmo assim, para ele o Partido é o coração da classe e é esse o seu ponto de apoio na

34 DJILAS, 1957: 29.

35 DJILAS, 1957: 33.

36 DJILAS, 1957: 44.

37 DJILAS, 1957: 44.

38 DJILAS, 1957: 45.

39 DJILAS, 1957: 45-46.

40 DJILAS, 1957: 46.

sociedade⁴¹. Mais uma vez aborda a ideia de *Partido* e de *Estado*, fala do Partido enquanto construtor da classe, “mas a classe cresce de seguida de ela mesma e serve-se do partido como de um pedestal. A classe reforça-se à medida que o Partido enfraquece; este é o destino inevitável de todo o partido comunista que acede ao poder”⁴². Acrescentando à sua análise acerca do Partido Político e do Estado, afirma parecer “estranho que um partido político possa ter tido o seu início numa nova classe, uma vez que um partido é geralmente o produto de uma classe e mais especialmente da camada social que concentra nela as forças intelectuais e económicas desta classe”⁴³. Ligando estas realidades à Revolução, e referindo-se a tal, defende que o este tipo de situações criou forças, chefes, organizações e ideias suficientemente fortes, o que fez com que esta nova classe dirigente surgisse com razões “objetivas precisas, e por vontade, habilidade e atividade dos seus dirigentes”⁴⁴.

Assumindo que este é o papel da classe numa sociedade do tipo comunista, Djilas defende que “a propriedade da nova classe dominante, tal como o seu carácter social, necessitam de um determinado tempo para se constituir, e estão sujeitos a contínuas mudanças”⁴⁵. A propriedade privada ao ser abolida acaba por se transformar num facto que é “condição prévia necessária para a industrialização – e de estabelecimento da nova classe.” Mas a função que esta elite tem, como administradora social e distribuidora da propriedade, é altamente relevante para a manutenção do seu poder⁴⁶.

Contudo, de acordo com a obra em análise, nenhuma classe se instala na História através da sua atividade espontânea,

a sua subida é acompanhada de uma luta consciente e organizada pelo poder através de uma organização política: neste ponto de vista, a nova classe dirigente do sistema comunista não é exceção à regra; ao contrário, não havendo senão laços fracos com a economia e a estrutura social, era-lhe particularmente necessária [...] a dureza organizativa e ideológica requerida pelas circunstâncias: assim ela foi conduzida a renunciar deliberada e conscientemente a tudo o que os seus princípios anteriores ainda comportavam de natureza liberal, para se tornar uma formação social mais fortemente organizada, mais ciosa e consciente das suas prerrogativas que qualquer outra classe que se conhece na história⁴⁷.

Esta classe dirigente não é a forma exacta do Partido que detém o Poder Político na sociedade. Esta classe nasce dentro do mesmo e é nele que constrói as suas bases. Sobre a apreciação que se desenha ao longo de toda a obra e que acaba por intitulá-la, o autor afirma estar convencido que “existe nos países comunistas uma nova classe dominante; este facto não explica tudo, mas constitui a chave mais importante para compreender as mudanças que tiveram lugar periodicamente no bloco ‘socialista’, e particularmente na URSS”⁴⁸. Constata, então, que existe uma nova classe que domina e que detém monopolisticamente o poder. Concluindo desta maneira que “todas as mudanças efectuadas pelos chefes comunistas são ditados, antes de tudo, pelos interesses e pelas aspirações da nova classe – que, como qualquer outro grupo social, vive e reage, defende-se e progride, no sentido de aumentar o seu poder”⁴⁹. A sua crítica vai de encontro à ironia das palavras em que afirma ser a nova classe muito sensível

41 DJILAS, 1957: 47-48.

42 DJILAS, 1957: 48.

43 DJILAS, 1957: 49.

44 DJILAS, 1957: 49.

45 DJILAS, 1957: 65.

46 DJILAS, 1957: 66.

47 DJILAS, 1957: 69-70.

48 DJILAS, 1957: 74.

49 DJILAS, 1957: 76.

e muito desconfiada em certos pontos de vista: ela assusta-se facilmente com as petições que lhe são endereçadas por algumas pessoas, mesmo se se trata de uma espécie de liberdade, e não da liberdade em geral ou da “liberdade política”, por exemplo, a liberdade de pensar e de criticar, nos limites das condições presentes [...]. Esta sensibilidade ao pensamento crítico resulta da posição social de novos monopolistas⁵⁰.

O autor é assertivo sempre com um pendor sarcástico e incide, particularmente, na atuação desviante por parte da classe no poder. Sendo esta o alvo maior das críticas de Djilas, para o jugoslavo “a nova classe opõe-se a qualquer tipo de liberdade – ostensivamente sob o pretexto de salvaguardar a ‘propriedade socialista’”⁵¹. Este grupo que ocupa a sede de poder acaba por dar uma falsa ilusão àqueles que nela confiam, já que, “prometendo abolir as diferenças sociais, a nova classe agrava-as apropriando-se do produto do trabalho nacional, em benefício quase exclusivo dos seus próprios membros”⁵². O comprovativo para o arquiteto desta estrutura de análise é o contraste evidente entre a situação em que se encontra o proletariado no mundo, e a classe dirigente à qual os mesmos se ligam⁵³.

A nova classe, com vista a manter e aprofundar, de maneira mais visível, o seu poderio, acaba por tentar causar e captar reforços essenciais para a sua posição. Todas as medidas de ação acordadas pela nova classe para a possessão e para a autoridade pertencem-lhe⁵⁴. O que não quer dizer que a mesma não possa satisfazer algumas outras classes. A situação da elite que dirige o Estado sugere uma finalização, “de mentira em mentira, a nova classe não pode evitar cair sem cessar em profundas contradições internas; pois, apesar da sua origem histórica, ela é incapaz de legitimar e legalizar a sua posse, e é incapaz de renunciar a ela sem preparar a sua própria ruína”⁵⁵.

4. Burocracia, poder e propriedade

O teste de muitas das teorias das elites está ainda por ser feito, ainda que ao nível da burocracia e do seu efetivo poder político algumas tentativas já tenham sido realizadas. Em 1987, John McAdams procurava analisar, nesta perspetiva, teorias relativas à nova classe. Referia-se mais a autores estudiosos da democracia como Lipset, Alford ou Campbell mas a sua abordagem seria bastante informativa no estudo geral da teoria das elites. Desta forma, o autor acaba por demonstrar que esta classe social de maior poder adentro da sociedade condiciona o comportamento geral da sociedade. Tal acontece através dos mecanismos de poder que domina ou a que tem acesso. Esta *consciência de classe*, tão cara aos marxismos, acaba por singrar também nestas análises, e no seu teste, ainda que com outras denominações como a identificação com os *blue-collars*, sobretudo no contexto norte-americano⁵⁶.

Mas voltemos mais diretamente às palavras de Djilas e a esta relação supracitada como o poder específico de certos grupos (burocráticos e outros) dentro da sociedade. Referindo-se à nova classe, – a essa determinada elite –, o autor lembra que “a origem social da nova classe se relaciona em todo o lado com o proletariado”⁵⁷. A classe que Djilas apelidou de dirigente, manifestamente ascende ao poder como “resultado dos esforços cumpridos pelos deserdados, massas sobre as quais ela se deve apoiar e cujos interesses estão

50 DJILAS, 1957: 77.

51 DJILAS, 1957: 78.

52 DJILAS, 1957: 80.

53 DJILAS, 1957: 80.

54 DJILAS, 1957: 80.

55 DJILAS, 1957: 82.

56 MCADAMS, 1987: 23.

57 DJILAS, 1957: 49.

intimamente associados aos seus”⁵⁸. Aquando de um exame exaustivo feito aos sistemas comunistas temos a clara noção que “uma burocracia, organizada em grupo dominante especial, reina sobre um conjunto de população”⁵⁹. Pode-se afirmar que a burocracia é um ponto fulcral para o enraizamento e bom funcionamento de um sistema comunista, bem como, para uma continuação e perpetuação do poder da nova classe. Esta burocracia enquanto elemento de base, torna-se central, uma vez que é a imagem do regime comunista, da sua organização, e da minoria que o domina.

A pertença a esta classe burocrática baseia-se na propriedade dos bens nacionais que se traduz por uma parte privilegiada em dinheiro e em serviços, resultantes do direito exclusivo – assegurado pelo monopólio do Partido – de proceder à distribuição da receita nacional, de fixar os salários, de dirigir a evolução económica, e mais genericamente, de dispor das riquezas nacionais⁶⁰.

Todavia, a ideia de que teria surgido uma classe fruto do sistema comunista, sobretudo detentora de poder, é camuflada. Em verdade, “a ascensão de uma nova classe foi encoberta pela fraseologia socialista, e, o que é pior, disfarçada numa tomada de posse pela coletividade”⁶¹. Deve-se, em grande parte, ao processo de industrialização, à manutenção da “posição adquirida, já que, sem ela a sua existência não teria nenhuma justificação histórica, nem base económica que lhe assegurasse os recursos materiais”⁶². Ou seja, nesta classe os dirigentes de toda a sociedade têm um poder em termos de governação e utilização do Poder Político.

Hoje em dia, a nova classe não tem necessidade de insurgentes nem de doutrínários de outros tempos; o que lhe falta são personalidades medianas como Khrouchtchev, Malenkov, Boulganine ou Chépilov. Cada palavra dos novos dirigentes revela a sua identidade com uma classe inteira – a nova classe, cansada de processos dogmáticos e de dramas esgotantes e que, agora que ela consolidou as suas conquistas, poderia viver mais tranquilamente protegendo-se, se necessário, do seu próprio chefe⁶³.

Djilas é muito crítico em relação a esta elite que domina a sociedade, chega a dizer que “a nova classe está de pé; ela tem o cúmulo da riqueza e do poder, mas é limitada de ideias; ela não tem nada para ensinar ao povo; não lhe resta mais nada a não ser justificar-se perante ele”⁶⁴. Parece ser bem claro que no espírito dos chefes a industrialização não pode progredir sem a ajuda de técnicos, e que esta classe não é perigosa em si mesma.

A sua crítica à classe dirigente vai sempre tocar num ponto fulcral, o facto de que nada deve comprometer a sua governação, e a utilização do seu poder. “A nova classe está profundamente interessada no que em nada ameaça o seu monopólio ideológico. Toda a grande descoberta científica, no espírito do seu iniciador, é o resultado de uma visão modificada do mundo, que se opõe aos quadros estabelecidos da filosofia oficial”⁶⁵. Qualquer que seja a ameaça a essa perpetuação, no poder por parte da classe que dirige a sociedade, é destruída ou neutralizada pelos meios do Estado ou outros, seja pela via legal ou não. “Num regime comunista, um novo pensamento, uma nova filosofia, uma nova teoria – e, sobretudo, uma nova teoria social – deve caminhar por vias muito indiretas, deslizando furtivamente sob a cobertura da literatura e da arte oficiais. Para atingir a luz e começar a viver, ela deve primeiro esconder-se e trancar-se”⁶⁶.

58 DJILAS, 1957: 50.

59 DJILAS, 1957: 51.

60 DJILAS, 1957: 53.

61 DJILAS, 1957: 55.

62 DJILAS, 1957: 58.

63 DJILAS, 1957: 61.

64 DJILAS, 1957: 63.

65 DJILAS, 1957: 164.

66 DJILAS, 1957: 165.

5. Corrupção, Estado, partido e nacionalismos

Uma das suas maiores críticas, de entre a reprimenda continuada e constante que Djilas faz nesta obra, confunde-se, sinteticamente, com as seguintes palavras:

Inimiga do pensamento em nome da ciência, inimiga da liberdade em nome da democracia, a oligarquia comunista só pode conduzir o espírito à sua completa corrupção. Os magnatas capitalistas e os seus senhores feudais tinham outrora o costume de se ligarem – para aumentar o seu prestígio, acrescentar os seus poderes e satisfazer os seus desejos – aos artistas e aos sábios, servidores intelectuais que os seus mecenas ajudavam domesticando-os. Nos regimes comunistas, esta corrupção é parte integrante da política de Estado⁶⁷.

O autor compara a veneração do comunista ao seu regime a uma religião perniciosa, dependente e má, diz mesmo que “uma nova seita pseudo-religiosa surgiu: esta seita fanática adere rigidamente aos requisitos materialistas e ateus, e impõe-nos ao seu redor pela violência; não se comporta de maneira diferente dos movimentos religiosos mais fanáticos”⁶⁸. Há, devido a esta adoração, uma falta de tolerância e aceitação para com os indivíduos diferentes, para com aqueles que acreditam e praticam o que é alternativo. “Seria falso pensar que outras formas de discriminação – como as de raça, de casta, de nação, etc. – são piores que as discriminações ideológicas”⁶⁹. Numa das suas divagações, Milovan faz a exaltação do futuro e do passado:

A História perdoará sem dúvida as ações dos comunistas – reconhecerá que eles foram obrigados à brutalidade pela força das circunstâncias e pela necessidade de se defender; mas ela expô-los-á ao desprezo público por terem esmagado toda a divergência de ideias, por deterem o monopólio exclusivo sobre o pensamento, na intenção de defender os seus interesses pessoais⁷⁰.

Uma das constatações feita pelo autor torna-se particularmente curiosa:

A tirania totalitária – o poder arbitrário da nova classe cuja existência foi reivindicada durante a revolução – tornou-se o jugo sob o qual fluíram o suor e o sangue de todos os membros da sociedade; uma a uma, as estruturas revolucionárias foram transformadas em órgãos representativos; esta constatação entende-se também à unidade do Partido⁷¹.

O Partido é a força principal do Estado e do governo; ele é o motor universal; ele identifica no seu próprio seio a nova classe, o poder, a propriedade, as novas ideias⁷². Ou seja, estas três realidades misturam-se e confundem-se no todo social em que se inserem. Mais à frente, o autor ainda refere que toda a ideologia assente na revolta do povo e na sua conseqüente tomada do poder político não poderá nunca materializar-se. “Mas uma ditadura do proletariado que será diretamente posta em prática pelo próprio proletariado é uma pura utopia, uma vez que nenhum governo pode funcionar sem aparelho político”⁷³.

Indo ao encontro de uma crítica feroz e desprovida de complexos, avança para uma definição que faria a um mero desconhecedor das suas crenças políticas acreditar que Djilas teria convicções anticomunistas profundas e notórias. Adita então que, “o verdadeiro comunista é um duro; uma mistura de fanatismo e de au-

67 DJILAS, 1957: 173.

68 DJILAS, 1957: 176.

69 DJILAS, 1957: 176-177.

70 DJILAS, 1957: 178.

71 DJILAS, 1957: 86.

72 DJILAS, 1957: 93.

73 DJILAS, 1957: 96.

toritarismo nunca saciado; só um homem deste tipo se torna um verdadeiro instrumento do Partido; os outros são idealistas ou carreiristas vulgares”⁷⁴.

A sua crítica reflete uma revolta e, a nosso ver, um clamor por justiça impossível neste cenário político. Assim, afirma:

As leis foram escritas partindo-se do ponto de vista das necessidades e dos interesses gerais da nova classe e do Partido; oficialmente, elas são válidas para todos os cidadãos, mas, ao passo que os “camaradas” privilegiados lucram, os “cidadãos” comuns não se encontram incondicionalmente garantidos, e não há lei para defender ou proteger os “inimigos do socialismo”⁷⁵.

Assinalando a confusão, interpenetração e até a deturpação relacional existente entre o Partido e os seus dirigentes, bem como entre os governantes, aponta armas às imperfeições por si geradas.

Do ponto de vista interior do Partido, o estabelecimento das listas eleitorais é uma operação muito importante: os dirigentes tomam lugar no Parlamento com forças diversas tendo a máxima conta dos seus lugares específicos dentro do Partido: assim, a direção reveste-se de uma espécie de legitimidade e pode operar em nome do Partido, da classe e do povo⁷⁶.

O Partido funda-se através da coação e da violência, encontra-se em constante “conflito com o povo que ele domina, com os seus vizinhos, e com o resto do mundo, o Estado totalitário é consagrado ao militarismo. O culto da força, e ao primeiro chefe da força militar, não é em parte alguma nos nossos dias tão notório como nos países comunistas.”⁷⁷. À semelhança dos Estados ditos totalitários, fascistas inclusive, mais do que serem fundados pela força, os Estados de cariz comunista utilizam da violência para atingirem e/ou manterem o poder de governar. Como consequência,

Na visão social que lhe é própria, os comunistas não distinguem entre pessoas privadas e empregados de Estado; todos os cidadãos são considerados como servidores do Estado; o que os classifica é o tratamento que eles recebem e as prerrogativas de que eles usufruem. Pela coletivização forçada, o próprio camponês torna-se, pouco a pouco, parte integrante de uma sociedade funcionalizada⁷⁸.

Há uma constante e opaca ameaça que permanece na sombra, mas todos sabem que lá está – há a ideia e a sensação de tal.

Djilas aponta que a razão,

sem dúvida mais importante para que não haja uma resistência organizada contra o comunismo, reside no monopólio e no totalitarismo do Estado comunista. Ele penetrou em todos os poros da sociedade e da pessoa, nas perspectivas dos homens de ciência, na inspiração dos poetas e nos sonhos dos amantes. Insurgir-se contra ele significa não somente sofrer a morte do indivíduo desesperado, mas ainda ser estigmatizado e excomungado pela sociedade⁷⁹.

O autor da obra também se concentra numa outra vertente da realidade ao dizer veementemente que um regime comunista se gere através de um pré-plano baseado nos seus interesses.

74 DJILAS, 1957: 99.

75 DJILAS, 1957: 108.

76 DJILAS, 1957: 114.

77 DJILAS, 1957: 115.

78 DJILAS, 1957: 118.

79 DJILAS, 1957: 120.

O planeamento comunista, posto ao serviço dos interesses políticos de uma classe, é inseparável da ditadura totalitária. Devido às razões ideológicas, os comunistas intensificam os seus investimentos em alguns domínios da economia que todo o Plano tende a favorecer; tal conduz a transferências massivas de capitais de um fundo de amortização que não pode alimentar suficientemente o magro rendimento das quintas nacionalizadas⁸⁰.

Apesar de tudo, há coisas que tendem a mudar e que de acordo com o jugoslavo já mudaram. “A classe dominante não terá mais forma de provar a ela mesma que ‘os fins justificam os meios’. Ela continuará mecanicamente as suas homíalias sobre o objetivo final – o famoso paraíso comunista”⁸¹, pois desta forma procederá à continuação da busca, num renovar de objetivos, que contribuem para a sua permanência. “Os indivíduos podem renunciar ao poder; mas à Classe, ao Partido e à Oligarquia não o podem fazer: tal é a razão de ser e o sentido da sua existência”⁸².

6. Os nacionalismos comunistas ou os comunismos nacionais?

“No domínio dos conflitos étnicos, os comunistas não hesitarão jamais em fazer aquilo que lhes parecerá proveitoso”⁸³, deste modo a ideia de um comunismo internacional parece mera ilusão sendo apenas alguns factores o que é manifestamente importante. Por esta via, os indivíduos e as classes que os mesmos constituem, assim como as ideias essenciais da humanidade, centram-se na multiplicidade dos seres humanos. E as nações continuam a viver e a debaterem-se contra o despotismo, sempre conservando os seus elementos diferenciadores. As nações lutarão contra pensamentos e objetivos sufocantes, neste caso os que deslindam como desnecessárias as fronteiras e a ideia de Nação⁸⁴.

Sobre os dias que se seguem à revolução, o autor afirma:

Com a vitória da “revolução” comunista num país, uma nova classe chega ao poder e administra o Estado nacional. Mesmo que esta classe, em nome da solidariedade ideológica, subordine os seus interesses aos de uma classe análoga existente numa outra nação, ela não está disposta a terminar com os seus privilégios duramente adquiridos, tanto mais que a “revolução” comunista se operou por uma ação exclusivamente nacional⁸⁵.

Por exemplo, “a razão de ser de uma política imperialista soviética reside inteiramente na natureza exploradora e despótica da nova classe no poder; mas, para que esta classe possa manifestar as suas tendências imperialistas, ainda lhe falta alcançar um certo grau de força e ser favorecida pelas circunstâncias”⁸⁶. Neste aspeto em especial a diversidade e os nacionalismos não se apresentam como dificuldades, mas apenas como dados a contornar na busca de resposta aos interesses da classe.

Desde há muito tempo, uma mudança na classe dirigente foi-se concretizando sem ruído na própria Rússia, “enquanto que mutações e permutações em sentidos diversos surgiam nos países da Europa oriental. Por toda a parte, as novas burocracias nacionais comunistas esforçaram-se por consolidar os seus privilégios de poder e de propriedade, mas encontraram dificuldades devido à hegemonia que sobre elas fazia pesar o governo soviético”⁸⁷.

80 DJILAS, 1957: 141.

81 DJILAS, 1957: 197.

82 DJILAS, 1957: 208.

83 DJILAS, 1957: 122.

84 DJILAS, 1957: 124.

85 DJILAS, 1957: 215.

86 DJILAS, 1957: 219.

87 DJILAS, 1957: 221.

Apesar de algumas diferenças, a verdade, de acordo com Milovan, é que “do imperialismo policial, militar e pessoal, a União Soviética passou ao imperialismo económico-político e administrativo”⁸⁸.

Notas Finais

Difícilmente podemos dizer que a visão de Djilas sobre o paradigma soviético estava errada, a sua visão é, isso sim, muito clara em termos de resultados, e hoje podemos assinalá-la como correta. Mas, par a par com tal, temos que referenciar outra voz dissonante como foi a de Hannah Arendt. Ainda que ambas as visões *servissem* os interesses estratégicos dos EUA, as perspectivas do jugoslavo e da alemã, demonstraram estar no caminho analítico certo. E, mais do que a capacidade de entendimento de Djilas, o autor contribuiu para um melhor sentido do que ocorreu e, portanto, o que ocorre hoje, na Europa de Leste e na ex-Jugoslávia⁸⁹.

Como Scott assinala, há “uma espécie de pluralismo tolerante”⁹⁰ na perspectiva djilasiana do universo político da sua época, falando, não raras vezes, nos direitos políticos e civis dos jugoslavos como algo de necessário. Mas mais, a sua visão torna-se mesmo muito equilibrada e lembrada hoje, tem aspetos de providência, mesmo quando inicialmente advogou a violência como maneira de mudar o estado da situação. Ou seja, Djilas advoga que um *capitalismo puro* e um *marxismo puro* não serão a solução para os problemas das sociedades humanas⁹¹.

Os factores económicos também se revelam para Djilas como pontos particularmente importantes na teorização, bem como na ação e realidade de um Estado comunista. É na diferença de visão da generalidade económica que todo o marxismo assenta. “Na origem, assim que o Estado mobiliza e requisita os meios de produção, é para praticar os investimentos necessários a uma industrialização rápida; mas, ao fim de contas, ele apropria-se de tudo no interesse da nova classe; e é por esta classe, no sentido da sua conservação e da sua extensão, que é orientada a própria expansão económica”⁹².

Elemento muito influente enquanto transmissor de imagem é a condição simbólica. Este torna-se de relevância assinalável no Estado comunista, “a seguir a uma revolução, mas antes que a nova classe tenha consolidado o seu monopólio cultural, as obras de arte de grande significado geralmente aparecem”⁹³. A nova classe exploradora que se instala no poder esforça-se por o manter, “invocando os desígnios ideais aos quais sacrifica sempre novas vítimas, reagatando ou santificando os seus próprios crimes contra o ideal”⁹⁴. Esta é mais uma das maneiras de perpetuar e continuar a ser a elite detentora de Poder Político. Esta renova-se em cada atuação – adaptando-se ao presente.

A nova classe não saiu do nada por ação do Verbo, mas ela teve a sua origem num grupo revolucionário que habilmente chegou à propriedade e ao poder absoluto. Paralelamente a esta evolução, os seus métodos (apesar da sua aparente continuidade) evoluíram, passando da revolta à tirania, da proteção dos fracos ao despotismo⁹⁵.

Assim, Djilas fala como se a classe em designio não fosse diferente das realidades existentes antes da revolução comunista, mas apenas melhor camuflada.

88 DJILAS, 1957: 222.

89 SCOTT, 1992: 206.

90 SCOTT, 1992: 207.

91 SCOTT, 1992: 208.

92 DJILAS, 1957: 125.

93 DJILAS, 1957: 167.

94 DJILAS, 1957: 182.

95 DJILAS, 1957: 184.

Apesar da escrita da *Nova Classe Dirigente* ultrapassar já meio século, o estudo das elites mantém-se actual pela necessária análise das mesmas. Ainda que as elites venham mudando de forma e até de atuação, são parte integrante das sociedades humanas, em sociedades como a que Djilas descreve, mas também em sociedades com outras características. Semelhantemente às análises de Michels na sua *Lei de Ferro da Oligarquia*⁹⁶, há uma renovação de uma minoria organizada que se torna num fim em si mesmo em todas as sociedades conhecidas.

Outro aspeto que nos parece marcar definitivamente a obra de Djilas é a sua sagaz ironia. Esta é uma e comum, e assenta aqui numa faceta inteiramente politológica. Há um claro confronto constatado pelo autor e presente nas seguintes palavras, do que é o dever ser e a realidade, “os comunistas falam da ‘nova moral’ comunista, do ‘novo homem’ socialista (e outras inovações deste género), como se se tratassem de concepções e de realidades éticas extremamente elevadas”⁹⁷. A filosofia e a ideologia tornam-se demasiado distantes da prática comunista, esta última baseada em sentimentos e atos *meramente humanos e terrestres* como a *sede de poder*.

Em toda a parte o ponto de partida do movimento é a aspiração de uma sociedade ideal – e a sua atracção seduz e inspira os homens de bem e os espíritos distintos que estão, *para a maioria*, bem longínquos do carreirismo vulgar. Mas o comunismo, que é também um movimento internacional, gravita naturalmente em torno da sua secção mais forte, ou seja, a Rússia soviética; e é por isto que os comunistas dos outros países, mesmo não sendo membros do governo nem candidatos ao governo, logo deixam de ser o que eram no início e tomam de empréstimo a maioria dos traços dos detentores do novo poder⁹⁸.

Acrescenta-se ainda que toda a ideologia e teoria comunista é aplicada ao povo e nunca à elite governativa que deveria dar exemplo.

Comunidade de esforço, de pensamento e de desejo; esforços intensificados para realizar o mesmo modo de pensar e de sentir; descoberta da felicidade pessoal e construção do indivíduo através de uma completa devoção ao partido e à classe trabalhadora; sacrifício entusiasta pelo outro; cuidado e protecção para os jovens, e terno respeito pelos velhos – estas seriam as virtudes a que aspirariam os verdadeiros comunistas, quando o movimento estava ainda na sua pureza primeira⁹⁹.

Se os comunistas soubessem interpretar o mundo na sua realidade, “sem dúvida perderiam qualquer coisa como o partido; mas eles ganham muito como seres humanos e como membros da espécie humana”¹⁰⁰. Numa aceção respeitante ao futuro, Djilas afirma que com os membros desta classe dirigente, ou sem eles, o mundo acabará por mudar. Esta classe dirigente tem como fim último o progresso e a unidade humana que se veiculam numa maior liberdade para todos – idealmente é claro. “O poder da realidade e o da vida sempre foram mais fortes que toda a força brutal, e mais real que qualquer teoria”¹⁰¹.

Vaticínios interessantes, sobretudo passados que estão todos os factos que marcaram o comunismo e o socialismo desta época, passadas que estão as inúmeras contradições com que o território da ex-Jugoslávia se defrontou e se defronta. Zona onde com novos ou renovados movimentos tanta História se tem escrito – mesmo passados que estão todos estes anos após a redacção deste livro.

96 MICHELS, 1962.

97 DJILAS, 1957: 185.

98 DJILAS, 1957: 186.

99 DJILAS, 1957: 187.

100 DJILAS, 1957: 262.

101 DJILAS, 1957: 262.

Bibliografia

- AAVV, 1993 – *The New Encyclopaedia Britannica*, vol. IV. USA: Encyclopaedia Britannica Inc.
- BALÃO, Sandra Rodrigues, 2001 – *A Fórmula do Poder*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- BESSA, António Marques, 1993 – *Quem Governa? Para uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- BESSA, António Marques, 2001 – *Elites e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- BESSA, António Marques, 2001 – *O Olhar de Leviathan. Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- BOBBIO, Norberto, 2000 – “Teoria das Elites” in *Dicionário de Política*, vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- DJILAS, Milovan, 1957 – *La Nouvelle Classe Dirigente*. Paris: Plon.
- DRAGNICH, Alex N., 1958 – “The New Class: An Analysis of the Communist System by Milovan Djilas”. (Reviewed Work) *The American Political Science Review*. Vol. 52, n.º 2 (Jun., 1958), p. 543-545.
- HEYWOOD, Andrew, 1998 – *Politics*. Grã-Bretanha: Palgrave Foundations.
- KAHÁNOVA, R., 1974 – *O Partido Marxista-Leninista, Um Partido de Tipo Novo*. Lisboa: Minerva.
- KING, Lawrence; SZELÉNYI, Ivan, 2004 – *Theories of the New Class: Intellectuals and Power*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- MALTEZ, José Adelino, 1996 – *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENINE, Vladimir, 1975 – *Acerca do Partido*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MCADAMS, John, 1987 – “Testing the Theory of the New Class”. *The Sociological Quarterly*. Vol. 28, n.º 1 (Primavera 1987) p. 23-49.
- MICHELS, Robert, 1962 – *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchial Tendencies of Modern Democracy*. Nova Iorque: Free Press.
- MILLER, David (ed.), 1998 – *The Blackwell Encyclopaedia of Political Thought*. Oxford: Blackwell.
- MOREIRA, Adriano, 1989 – *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, Adriano, 1999 – “Elites” in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol. X. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- PARRY, Geraint, 1998 – “Elitism” in *The Blackwell Encyclopaedia of Political Thought*. Oxford: Blackwell.
- PRÉLOT Marcel; LESCUYER, Georges, 2001 – *História das Ideias Políticas*, vol. II. Lisboa: Editorial Presença.
- SCOTT, Joanna Vecchiarelli, 1992 – “A Dissident’s Progress: Milovan Djilas Redux”. *International Journal of Social Economics*. Vol. 19, números 7, 8, 9, p. 195-209.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, 1986, – “Partidos Políticos” in *Enciclopédia Polis*, vol. IV. Lisboa: Editorial Verbo.
- TEIXEIRA, Conceição Pequito, 2000 – *Robert Michels – A Teoria e a Política da Democracia*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- VOSLENSKY, Michael, 1980 – *La Nomenclatura*. Paris: Ed. Pierre Belfond.